



## ATIVOS COM ESPECIFICIDADE TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO: uma análise exploratória sobre sustentabilidade em territórios com Indicação Geográfica<sup>1</sup>

Valdir Roque Dallabrida<sup>2</sup>

Jairo Marchesan<sup>3</sup>

Sabrina Sander<sup>4</sup>

Giovane José Maiorki<sup>5</sup>

Luis Paulo Gomes Mascarenhas<sup>6</sup>

**Resumo:** Este artigo faz uma breve revisão em relação ao debate teórico sobre território, identidade territorial e desenvolvimento, com suas interações. A concepção de tais conceitos é vinculada aos produtos ou serviços com especificidade territorial, denominados aqui de ativos territoriais. A observação empírica está focada em experiências brasileiras de Indicação Geográfica, visitadas e analisadas, embora ainda em caráter preliminar, sobre as concepções, práticas, relações e níveis de sustentabilidade social, econômica, cultural e ambiental das mesmas. A análise aponta limites e possibilidades.

<sup>1</sup> Este artigo resume análises preliminares, referentes ao Projeto de Pesquisa *TERRITÓRIO, IDENTIDADE TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO: a especificação de ativos territoriais como estratégia de desenvolvimento nas regiões do Estado de Santa Catarina*, o qual conta com o apoio financeiro da FAPESC, em processo de execução na Universidade do Contestado (UnC).

<sup>2</sup> Geógrafo, professor e pesquisador com atuação no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UnC, doutor em Desenvolvimento Regional pela UNISC. Endereço eletrônico: [valdirroqued897@gmail.com](mailto:valdirroqued897@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutor em Geografia, Professor e Pesquisador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UnC. Endereço eletrônico: [Jairo@netcon.com.br](mailto:Jairo@netcon.com.br)

<sup>4</sup> Bióloga, Mestranda no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UnC. Bolsista Fapesc. Endereço eletrônico: [sander.sabrina@gmail.com](mailto:sander.sabrina@gmail.com)

<sup>5</sup> Contador, Mestrando no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UnC. Endereço eletrônico: [giovane@unc.br](mailto:giovane@unc.br)

<sup>6</sup> Doutor em Saúde, Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UnC. Endereço eletrônico: [masca58@hotmail.com](mailto:masca58@hotmail.com)



## INTRODUÇÃO

As Indicações Geográficas caracterizam-se, de maneira geral, por processos de desenvolvimento endógeno de seus ativos territoriais. Tais ativos podem se manifestar através de produtos e serviços regionais que demarcam determinado território, tanto no âmbito geográfico quanto econômico. Os recursos naturais podem fazer parte deste contexto. Porém, às vezes, por interesses predominantemente economicistas são explorados de forma sistemática e intensiva, descaracterizando e desestruturando territórios e, ainda, alterando as relações da sociedade com o ambiente.

Assim, quando os interesses são exclusivamente voltados à dimensão econômica do desenvolvimento, muitas vezes, experiências tais como as de produtos com Indicações Geográficas, deixam de ressaltar aspectos relacionados à cultura e identidade territorial, bem como, não contemplam a dimensão da sustentabilidade. Neste sentido, aqui, aponta-se a necessidade de manejos sustentáveis na exploração dos ativos territoriais como forma de fortalecer as Indicações Geográficas, conseqüentemente, dos seus produtos e serviços.

O Brasil pela sua enorme capacidade de riquezas naturais, associadas aos fatores sócio-culturais e econômicos, pode favorecer o surgimento de inúmeras Indicações Geográficas. Entretanto, a investigação, o planejamento e os cuidados ambientais são importantes para a implementação e viabilidade econômica destas.

Este estudo se propõe a debater a temática da sustentabilidade em territórios com Indicações Geográficas, tendo como foco a sustentabilidade social, cultural, ambiental e econômica.

Após esta introdução, inicia-se pelo debate teórico sobre território, identidade territorial e desenvolvimento, ressaltando a dimensão da sustentabilidade. No capítulo 2, introduzimos o debate sobre estratégias de desenvolvimento sustentadas em ativos com especificidade territorial. O capítulo 3 refere-se aos procedimentos metodológicos. Seguindo no capítulo 4, a caracterização da realidade empírica. Por fim, o capítulo 5 apresenta os resultados, seguido de algumas considerações finais.



## 1. O DEBATE TEÓRICO SOBRE TERRITÓRIO, IDENTIDADE TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO<sup>7</sup>

A seguir são revisados aspectos conceituais sobre território, territorialidade, identidade territorial, relacionando com o do desenvolvimento territorial.

### 1.1 Território e territorialidade

O debate contemporâneo sobre desenvolvimento contempla diferentes subtemas, dependendo da área do conhecimento que se origina. Na Geografia, um subtema recorrente é o debate sobre território, territorialidade e identidade territorial. Inicialmente é fundamental a explicitação de debates conceituais sobre território, estabelecendo relações com a questão da territorialidade e da identidade territorial.

Segundo Haesbaert (2007), de modo geral, na Ciência Geográfica há três vertentes básicas da concepção de território, sendo elas a política, a cultural e a econômica. O autor destaca o aspecto político, as relações espaço-poder e concebe o território como espaço delimitado e controlado, muitas vezes relacionado ao poder político do Estado. Porém, atualmente incorpora múltiplos poderes. Na perspectiva cultural, entende o território como produto da apropriação e da valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido ao cotidiano. Na vertente econômica considera como fonte de recursos ou como produto da divisão territorial do trabalho. O mesmo conclui que o território precisa ser compreendido numa perspectiva integradora, ou seja, como um domínio politicamente estruturado e também como apropriação simbólica, identitária, inerente a certa classe social e ao produto gerado por ela.

Santos (1997) afirma que o território configura-se pelas técnicas, meios de produção, objetos e oportunidades, conjunto territorial e a dialética do próprio espaço. Já, Raffestin (1993), defendendo uma perspectiva integradora e relacional, enfatiza a multidimensionalidade de poderes sobre o território, o que assume relevância mediante o aumento de poder dos atores do mercado, devido à globalização e neoliberalismo, a consequente diminuição do poder do Estado, além da emergência da sociedade civil. O autor ressalta ainda que “[...] toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das

<sup>7</sup> Retoma-se abordagem feita em Dallabrida e Marchesan (2013).



finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações” (p. 53). Para o autor, o espaço é anterior ao território, sendo que este se forma a partir daquele. Considerar a condição multidimensional do território implica em admitir que sua concepção não faz referência apenas às relações de posse nem de poder envolvendo, necessariamente, as relações e os processos socioeconômicos e ambientais.

Santos e Silveira (2001, p. 19), reafirmam que a palavra territorialidade deve ser entendida como sinônimo de “[...] pertencer àquilo que nos pertence”. No entanto, os autores alertam sobre a necessidade de dissociação da noção de territorialidade da defesa elementar do espaço vital de sobrevivência, preferindo tratá-la como atributo humano, evitando transposições diretas entre animalidade e humanidade, tendo relação com “[...] a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio dos humanos”.

Para Saquet (2003) a territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com seu entorno. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana. Assim sendo, segundo o autor, a identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que se estabelecem todos os dias e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais produzidas, como os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas, além de outros aspectos.

Complementarmente, para Albagli (2004), a territorialidade deve estar edificada através do estímulo aos laços identitários e ao fortalecimento do capital social e cultural promovendo valorização, proteção e capitalização das especificidades culturais, tipicidades, do patrimônio ambiental, das práticas produtivas e das potencialidades econômicas.

Por fim, é fundamental registrar que, ao abordar a questão do território e desenvolvimento, não se deve desconsiderar o fato de que, apesar do poder de autonomia atribuído à escala territorial, é necessário lembrar que os territórios estão inseridos num mundo globalizado, em que a multiescalaridade dos processos está presente. Vários autores, recentemente, têm chamado a atenção para este fato (FERNÁNDEZ e DALLABRIDA, 2008; BRANDÃO, 2007; AMIN, 2008; FERNÁNDEZ e BRANDÃO, 2010).

Assume-se aqui uma concepção multidimensional de território e da noção de territorialidade. Trata-se de uma concepção considerada renovada, histórica e crítica, inspirando compreensões que podem orientar o redimensionamento de relações de poder e



a proposição de alternativas de desenvolvimento que valorizem as identidades simbólico-culturais dos territórios ou regiões, seguindo alguns autores contemporâneos (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 1997 e 2011; SAQUET, 2003 e 2007).

Sobre o conceito de território, fazemos uma opção preferencial, a qual se aproxima das concepções dos autores referenciados.

O conceito de território refere-se a uma fração do espaço historicamente construída através das interrelações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam nesse âmbito espacial, apropriada a partir de relações de poder sustentadas em motivações políticas, sociais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos (DALLABRIDA, 2006, p. 161).

Considerando a concepção de território expressa, passemos a referenciar dois outros temas conexos: identidade e desenvolvimento territorial.

## 1.2 Identidade Territorial e sua relação com o desenvolvimento

Identidade, em geral, é consentida como um conjunto de atributos culturais que explicam a homogeneidade de um determinado grupo social e demarca seus limites, resultante de um *ethos* cultural, ou conjunto de hábitos e crenças que definem uma comunidade ou nação.

Haesbaert (1999, p. 172) parte do pressuposto de que toda a identidade territorial é social, definida dentro da relação de apropriação do espaço, logo, no território. Reafirma o autor: “De forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes”. Assim, para o autor, a identidade territorial pode ser concebida como apropriação simbólica e estratégia de poder.

Referindo-se aos possíveis impactos da identidade territorial no processo de desenvolvimento, Pollice (2010, p. 18-20) destaca oito aspectos, conforme resumimos na sequência.

a- Identidade e valores sociais. A identidade territorial tende a reforçar o poder normativo dos valores éticos e comportamentais localmente compartilhados.



- b- Identidade e transferência do saber. Seja apenas indiretamente, a identidade territorial contribui para melhorar a transferência intrageracional e intergeracional do saber e, em particular, dos conhecimentos não codificáveis.
- c- Identidade e sentido de pertença. O sentido de pertença constitui o cimento do sistema econômico-territorial e impele os atores locais a preferir, também na presença de algumas deseconomias, conter relações transacionais e colaborativas no interior do âmbito local.
- d- Identidade e autorreprodução. O conjunto de empresas locais é representado pelos processos autorreprodutivos que se manifestam na economia local, por meio de relações de identificação e de reciprocidade. É necessário, todavia, que o processo autorreprodutivo se fundamente sobre uma reinterpretação crítica e inovadora.
- e- Identidade e aquisição crítica do saber externo. A capacidade de auto-organização dos sistemas territoriais está profundamente ligada à possibilidade de criar alguns mecanismos de introjeção da mudança que consintam uma adaptação progressiva e seletiva do local às solicitações externas, resultando de uma postura crítica nos confrontos do saber externo, que não deve traduzir-se em um fechamento à mudança, mas pelo contrário, em uma relação proativa nos confrontos da própria mudança. A presença de uma forte identidade territorial consiste, de fato, em selecionar as inovações de matriz exógena ou de adaptá-las às especificidades do contexto local (contextualização da inovação).
- f- Identidade e valorização dos recursos territoriais. O desenvolvimento endógeno se substancia na capacidade da comunidade local de valorização do território, em particular, àqueles recursos não localizáveis que, além de constituir elemento de diferenciação, podem tornar-se, em termos projetivos, uma vantagem competitiva, em torno dos quais se possa construir a estratégia de desenvolvimento local. A comunidade local tende a ser tanto mais permeável quanto maior é o valor identitário que a tais recursos se reconhece no âmbito local. A dotação cultural do território é matriz da identidade dos lugares e linha estratégica e prioritária de desenvolvimento local.
- g- Identidade e política. A expressão mais significativa desta relação é dada por mecanismos de convergência política e de compartilhamento projetual. A presença de uma forte identidade territorial tende a crescer, no âmbito da arena política, o nível de convergência sobre os temas do desenvolvimento local e reduz os comportamentos oportunistas ou ideológicos das forças que ali se confrontam.



h- Identidade e sustentabilidade. Os sentimentos identitários determinam, no nível local, um apego afetivo aos valores paisagísticos e culturais do território que tende, por sua vez, a traduzir-se na adoção de comportamentos individuais e coletivos voltados à tutela e à valorização daqueles valores. Não são somente as qualidades tangíveis do território a ser preservadas, mas também aquelas intangíveis como os valores éticos e culturais e, em geral, todas as expressões da especificidade cultural do lugar.. Além disso, a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento em escala local não é um objetivo mensurável somente em termos ambientais, mas também em termos econômicos e culturais.

A contribuição de Pollice (2010) ao debate sobre território, identidade territorial e desenvolvimento, poderia ser resumida na citação abaixo:

O território, por outro lado, não é outro senão um espaço relacional que se constrói no tempo como produto de um processo de sedimentação cultural; um processo que tem o seu motor próprio na relação identitária que se instaura entre uma comunidade e o espaço da qual esta se apropria (p. 8).

Na concepção de desenvolvimento acima referida, ressalta-se a importância dos recursos e ativos materiais e imateriais específicos, num processo de mudança de uma sociedade organizada territorialmente. Estas são algumas, das muitas possíveis relações entre território, territorialidade e desenvolvimento. Trata-se de abordagem oportuna, pois, a própria discussão sobre Indicação Geográfica, exige que se tenha claro o significado de conceitos, tais como, território, territorialidade e identidade territorial.

### 1.3 Uma concepção de desenvolvimento e sustentabilidade

Assumimos aqui a concepção de desenvolvimento expressa em Dallabrida (2011, p. 19):

O desenvolvimento (local, regional, territorial) pode ser entendido como um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização econômica e a melhoria da qualidade de vida de sua população.



Na concepção acima referida, ressalta-se a importância dos recursos e ativos materiais e imateriais, num processo de mudança de uma sociedade organizada territorialmente. Este tema será tratado na sequência. Mas resta ainda uma ressalva: mesmo que tenhamos claro que um processo de desenvolvimento precisa contemplar a dimensão da sustentabilidade ambiental, talvez, seja necessário ressaltar do que se está falando quando nos referimos ao desenvolvimento sustentável.

Em meio à complexidade e às divergências sobre este conceito, conclui-se que, de maneira geral, o conceito de sustentabilidade não é unívoco, mas sim polimorfo e polissêmico.

Desse modo, o relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1988, p. 46) expressa que:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber máxima prioridade; a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

Os conceitos de necessidades e limitações são parâmetros importantes a serem observados na perspectiva da sustentabilidade físico-natural e social. Neste sentido, a sociedade humana é convidada a pensar e distinguir as reais necessidades para sobreviver, considerando as noções dos limites ou limitações da natureza físico-natural. Contribuindo com a presente reflexão, o mesmo documento acima citado, adverte que “[...] o desenvolvimento sustentável [político, econômico e social] não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos” (CMMAD, 1988, p. 48).

Neste estudo, sustentabilidade refere-se às relações que se estabelecem numa determinada área ou espaço (território), ou ainda, também em termos globais, o balanço de equilíbrio entre a regularidade de oferta de bens disponibilizados pela natureza, comparada à quantidade demandada pelo consumo da sociedade humana. Ou, então, a própria capacidade de a natureza sustentar-se ou recompor-se.



Entre os muitos e diferentes conceitos de desenvolvimento sustentável, é oportuna a contribuição de Sachs (2000, p. 85-87). O autor apresenta oito critérios de sustentabilidade, mas, optou-se por seis, por entendermos serem os mais importantes para a reflexão que aqui se pretende fazer. Assim, destacam-se:

- a- **Social**: alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais;
- b- **Cultural**: mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); autoconfiança combinada com abertura para o mundo;
- c- **Ecológica**: preservação do potencial do capital natureza na produção de recursos renováveis; limitar o uso dos recursos não renováveis;
- d- **Ambiental**: respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;
- e- **Territorial**: configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento);
- f- **Econômico**: desenvolvimento [ou crescimento] econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional.

Esta abordagem sobre a dimensão da sustentabilidade do desenvolvimento (local, regional, territorial, nacional) é de fundamental importância, pois, entendemos que as alternativas de desenvolvimento precisam contemplar critérios mínimos de sustentabilidade.



## 2. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADAS EM ATIVOS COM ESPECIFICIDADE TERRITORIAL<sup>8</sup>

Considerando a concepção de desenvolvimento acima assumida, avançamos na discussão teórica, fazendo referência a possíveis estratégias de desenvolvimento territorial, sustentadas em ativos com especificidade territorial. Inicialmente, introduzimos o debate sobre uma concepção de ativos e recursos territoriais.

### 2.1 Ativos e recursos territoriais: concepção e tipicidade

Uma das questões centrais que tem referência com o tema da identidade territorial e sua relação com o desenvolvimento é a questão dos recursos e ativos territoriais.

Para Fonte (2006), a existência de especificidades territoriais na função produção agrega valor ao produto típico ou cultural. Atualmente, há um cenário profícuo de oportunidades para tais produtos, onde os conhecimentos contextuais e os recursos culturais têm sobrevivido à homogeneização da economia mundial. Para o autor, o papel dos agentes de desenvolvimento é ativar a dinâmica identitária dos territórios.

Para Pecqueur (2005), o desafio das estratégias de desenvolvimento está em se apropriar dos recursos específicos e buscar o que possa se constituir no potencial identificável de um território. Para tal, deve ocorrer um processo de especificação ou ativação de recursos, ou seja, transformar recursos em ativos específicos. O autor faz uma diferenciação entre ativos e recursos genéricos, de ativos e recursos específicos. Os ativos e recursos genéricos são totalmente transferíveis e seu valor é um valor de troca, estipulado no mercado via o sistema de preços. Já os ativos e recursos específicos, por sua vez, possibilitam um uso particular e seu valor constitui-se em função das condições de seu uso. Além disso, eles apresentam um custo de transferência que pode ser alto e irrecuperável. Assim, os recursos específicos merecem maior atenção. Eles possibilitam a construção de uma argumentação que destaca a importância dos produtos com identidade territorial, para o desenvolvimento. É o caso de produtos ou serviços que apresentem especificidade e identidade territorial, os quais, podem ser alvo de novas Indicações Geográficas<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> Retoma-se e aprofunda-se abordagem realizada em Dallabrida e Marchesan (2013).

<sup>9</sup> Adiante o tema Indicações Geográficas é abordado.



Benko e Pecqueur (2001), em obra publicada no Brasil, fazem referência aos recursos territoriais. Para os autores, a noção de território está de volta nas análises econômicas. Os territórios oferecem recursos específicos, intransferíveis e incomparáveis no mercado. Esses recursos específicos diversificam os espaços e estabilizam as localizações das atividades econômicas. Os atores locais e a política local desempenham um papel importante na constituição e na gestão dos recursos presentes no território. “As perspectivas de criação de riquezas estão relacionadas às capacidades dos grupos quanto à organização e à elaboração de processos originais de emergência de recursos” (p. 31). Ressaltam os autores que as especificidades territoriais desempenham papel importante. “Nosso mundo ‘global’ é assim um mosaico composto de uma multiplicidade de regiões e de localidades, que não são, longe disto, necessariamente equivalentes. Contrariamente às predições mais sombrias, os ‘territórios’ com suas especificidades não são apagados sob os fluxos econômicos da mundialização” (p. 38). Assim sendo, para os autores, a diferença é uma vantagem comparativa. A questão é saber como os territórios capitalizam, ou não, isso a seu favor.

Pecqueur (2009, p. 95), avança no debate defendendo que novas estratégias para o desenvolvimento de sistemas produtivos estão emergindo territorialmente. Dentre outras questões, afirma que, considerando a linearidade de produtos genéricos de qualidades diferentes, mas comensuráveis, “[...] as produções encontram-se entregues a uma concorrência na qual somente as economias com baixo custo de produção (com domínio equivalente das tecnologias) podem triunfar”. Neste caso, sugere o autor, que a saída para o problema consiste em diferenciar o produto, para que ele torne-se “específico”. Portanto, o autor propõe que a “vantagem comparativa”, num contexto de globalização, precisa tornar-se uma “vantagem diferenciadora”. “Para os territórios, trata-se então de não mais se especializar segundo a lógica do esquema comparativo, mas de preferência escapar das leis da concorrência quando elas tornam-se impossíveis de serem seguidas, visando a produção para a qual eles estariam (no modelo ideal) em situação de monopólio” (p. 96).

O estudo das especificidades do território, segundo Pecqueur (2009), exigiria tomar como unidade de análise o território, não o sistema produtivo nacional, o que se constitui uma novidade essencial na percepção dos sistemas de organização da economia. Isso exige uma explicitação sucinta das características específicas do processo de constituição de territórios, compreendendo que o território não é somente “[...] um espaço postulado e pré-delimitado, no qual se desenvolvem dinâmicas específicas sob a égide das autoridades



locais. O território é, também, ou sobretudo, o resultado de um processo de construção e de delimitação efetivado pelos atores” (p. 96-97). Tais atores locais têm interesses diferenciados, o que torna mais desafiante qualquer intervenção. Em segundo lugar, reafirma o autor, que a valorização das atividades econômicas nas dinâmicas territoriais implica na existência de *inputs* (ativos que são utilizados para a criação de produtos) que denomina “recursos territoriais”, uma condição que se tornou um tema de debates acerca da sua natureza “patrimonial” (p. 97). Pecqueur (2009, p. 101) conclui com uma síntese de sua argumentação: “Uma economia outra que não a geográfica tem todas as chances de parecer irreal da perspectiva atual gerada pelos processos de globalização”.

Para Pecqueur (2005), o desenvolvimento territorial constitui um modelo de desenvolvimento dotado de características bem precisas que lhe são próprias e que se apoiam, essencialmente, na dinâmica de “especificação” dos recursos por um conjunto de atores constituído num “território”. A contribuição do modelo territorial reside, notadamente, na utilização da noção de “proximidade (geográfica e institucional)” para explicar as coordenações de atores. No entanto, ressalta o autor, existem obstáculos e limites importantes. Assim, esse modelo não se desenvolve espontaneamente; exige uma ação pública adequada. Por fim, “[...] permanece um vasto campo de reflexões sobre sua articulação com a globalização do mundo e sua capacidade problemática em se aplicar em lugares dominados pela produção genérica sem que apareça uma possibilidade de especificar os recursos” (p. 21).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, em outra obra, Pecqueur (2009) propõe que um modelo de produção focado na dinâmica territorial, ou seja, estratégias para o desenvolvimento de sistemas produtivos que possam emergir a partir da perspectiva territorial deveriam estar focadas no que ele chama de ‘modelo de qualidade’ e não num ‘modelo de produtividade’, como é mais comum ocorrer. No modelo de produtividade prepondera a dimensão mercadológica, desconsiderando a identidade e especificidade territorial. Esta questão, também, é fundamental ser considerada, quando se discute a Indicação Geográfica, pois, não se trata apenas de inserir um produto no mercado com mais valor agregado.

Reforçando a ideia da especificidade dos produtos territoriais e sua importância estratégica, Sodano (2001) afirma que os territórios geram competências que podem ser usadas para qualificar os produtos da região. Para a autora, os produtos regionais parecem oferecer-se como um caso paradigmático: (a) o seu processo de produção está ligado a



uma característica geográfica concreta (condições climáticas, solo) e/ou a matérias-primas agrícolas específicas (vinho, leite); (b) devem possuir um registro histórico significativo (existência do produto no passado, com características similares às da atualidade); (c) têm que dispor de valor cultural acrescentado que possa facilmente ser associado a celebrações específicas ou aos hábitos gastronômicos locais.

Complementando a argumentação sobre o tema, Denardin e Sulzbach (2010) destacam que o processo de especificação de ativos é o que propicia a diferenciação de um território dos demais e se contrapõe ao regime de concorrência baseada na produção *standard*, ou produtos do tipo *commodities*. Assim entendido, segundo os autores, o processo de especificação consiste na qualificação e diferenciação de recursos que os atores locais revelam no processo de resolução de seus problemas comuns.

O que aqui está sendo denominado de Indicação Geográfica a produtos ou serviços pode ser considerado uma forma de especificação de ativos. O tema é referido na sequência.

## **2.2 Indicação Geográfica como resultante de processos de especificação de ativos territoriais: uma discussão preliminar sobre sustentabilidade**

Uma das principais estratégias que articula os potenciais de desenvolvimento territorial à noção de identidade territorial é a Indicação Geográfica, sendo esta das mais reconhecidas, inclusive formal e oficialmente nos órgãos institucionais nacionais e internacionais. Trata-se de estratégias de valorização das atividades econômicas nas dinâmicas territoriais, tomando como referência os ativos com especificidade territorial.

No Brasil a certificação de produtos com especificidade territorial é feita via a Indicação Geográfica. Esta consiste em dois estágios: a Indicação de Procedência e a Denominação de Origem. A Indicação de Procedência faz referência ao nome geográfico de um país, cidade, região ou território, que se tornou conhecida como centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto ou prestação de serviço. Já a Denominação de Origem, é o nome geográfico de um país, cidade, região ou território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico específico, incluídos fatores naturais e humanos. Assim, a diferença singular entre as formas de Indicação Geográfica está associada às



características e peculiaridades físicas e humanas potencializadas pelo território que podem designar uma Denominação de Origem, enquanto que para a Indicação de Procedência é suficiente a vinculação do produto ou serviço a um espaço geográfico, independente de suas características e qualidades intrínsecas<sup>10</sup>.

É possível afirmar que algumas regiões ou territórios respondem de uma forma mais qualificada aos desafios da globalização, conseguindo construir seus próprios modelos de desenvolvimento, combinando a mobilização de suas potencialidades locais com o aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo processo de desenvolvimento contemporâneo. Com isso, conseguiriam constituir uma dinâmica territorial do desenvolvimento específica. Quando é possível associar esta dinâmica territorial do desenvolvimento com produtos que possuam uma identidade territorial, as chances de uma inserção qualificada no processo de desenvolvimento global se multiplicam, contribuindo positivamente para o desenvolvimento territorial.

Concepções sobre o impacto de experiências de Indicação Geográfica, algumas delas quase apologéticas, ressaltam, em geral, mais os aspectos positivos. Problematicando o tema, poderíamos nos perguntar: qual o real potencial de contribuição de experiências de Indicação Geográfica para o desenvolvimento territorial sustentável? Esta questão merece aprofundamento. Adiante, faremos algumas análises exploratórias sobre a sustentabilidade em territórios com Indicação Geográfica de produtos. Antes, faremos menção aos procedimentos metodológicos.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa está integrada ao Projeto de Pesquisa: *TERRITÓRIO, IDENTIDADE TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO: a especificação de ativos territoriais como estratégia de desenvolvimento nas regiões do Estado de Santa Catarina*, em desenvolvimento no Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado, integrando uma equipe de pesquisadores de universidades de todo o Estado de Santa Catarina.

<sup>10</sup> Conf. Lei 9.279, de 14/05/1996 e Resolução Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) 75/2000. A referida Lei regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, incluindo o registro de produtos ou serviços com especificidade territorial.



Propomos aqui alguns parâmetros para avaliar o atendimento das dimensões social, econômica, cultural e ambiental do desenvolvimento dos territórios. As oito dimensões da sustentabilidade descritas por Sachs (2000), por uma questão metodológica, poderiam ser resumidas em quatro: social, econômica, cultural e ambiental, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Questões chave para investigação das experiências

CRITÉRIO	COMPONENTES (Conf. Sachs, 2009)	QUESTÕES CHAVES
SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social.</li> <li>* Distribuição de renda justa.</li> <li>* Autonomia, com qualidade de vida descente.</li> <li>* Acesso a recursos e serviços.</li> <li>* Melhoria do ambiente urbano.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Como a Indicação Geográfica aumenta a viabilidade econômica local e a melhor distribuição de renda?</li> <li>* De que forma a Indicação Geográfica se torna inclusiva com os indivíduos envolvidos diretamente e indiretamente?</li> <li>* Como a Indicação geográfica organiza os grupos sociais e quais os reflexos para a qualidade de vida?</li> </ul>
AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Preservação do potencial de capital natureza na produção de recursos renováveis.</li> <li>* Limitação do uso dos recursos não renováveis.</li> <li>* Estratégias de desenvolvimento ambiental seguras para as áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* A experiência de Indicação Geográfica contribui para o desenvolvimento sustentável ecologicamente? De que maneira?</li> <li>* A Indicação Geográfica conserva a paisagem natural do território? de que maneira?</li> <li>* Como a Indicação Geográfica utiliza os recursos naturais envolvidos na produção dos produtos?</li> </ul>
CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Equilíbrio entre inovação e tradição.</li> <li>* Autoconfiança com abertura para o mundo.</li> <li>* Respeito à formação cultural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Como a Indicação Geográfica mantém o equilíbrio entre inovação e tradição? Quais ações a associação que coordena a Indicação Geográfica realiza, para preservar e valorizar a cultura do território e sua de gente?</li> </ul>
ECONÔMICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado.</li> <li>* Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção.</li> <li>* Razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica.</li> <li>* Inserção soberana na economia internacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Qual o impacto da Indicação Geográfica nos demais setores produtivos da sociedade local?</li> <li>* Quais as melhorias na renda dos produtores e do setor industrial ligados à Indicação Geográfica?</li> <li>* Como a Indicação Geográfica promove a inserção de produtos no mercado regional, nacional e internacional?</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Sachs (2009).

No mês de janeiro e maio de 2013, dois pesquisadores do Projeto visitaram *in loco* 05 experiências geográficas brasileiras com o intuito de levantar as informações dimensionais de cada IG. Entre os objetivos, foi conhecer, ouvir os sujeitos envolvidos e



compreender o processo de adesão, desenvolvimento e gestão de tais experiências. A visita as IGs foram gravadas e registradas em vídeos e com anotações das conversas com gestores, administradores, revendedores e moradores das IGs. Além disso, os pesquisadores fizeram levantamentos geográficos sobre sustentabilidade e preservação do meio ambiente.

Serão utilizadas como foco para a análise empírica cinco experiências de Indicação Geográfica do Brasil, sendo elas: *Panelas de Barro Goiabeiras*, Vitória (ES), *Cachaça Paraty*, Paraty (RJ), *Própolis Vermelho*, Maceió (AL), *Vales da Uva Goethe*, em Urussanga (SC) e *Vinhos e espumantes de Pinto Bandeira*, Pinto Bandeira (RS).

## 4. CARACTERIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA ESTUDAS

### 4.1 Panelas de Barro Goiabeiras – Vitória (ES)

Residentes no bairro de Goiabeiras, em Vitória, Espírito Santo, as artesãs denominadas Paneleiras de Goiabeiras, produzem potes, travessas, bules, caldeirões, frigideiras, além das famosas panelas de barro. O processo de fabricação remete ao que os índios utilizavam quando aqui aportaram os portugueses na época do descobrimento. A técnica é transmitida de pai para filhos, possibilitando a garantia da identidade cultural há várias gerações.

Antes da Criação da Cooperativa, as Paneleiras trabalhavam individualmente em suas próprias casas. Hoje, mais organizadas, trabalham sob a forma de Associação em um galpão, onde cada uma produz e comercializa suas próprias peças. Sob o aspecto econômico, a renda que auferem é significativa no contexto da manutenção de suas famílias.

Segundo a Associação (2013), o barro é extraído na própria região, em jazidas do Vale do Mulembá. A modelagem das panelas é feita manualmente apenas com a ajuda de ferramentas rudimentares. A característica marcante das panelas é a sua coloração escura, obtida por meio da impregnação da peça com tanino existente em árvores do mangue de cor avermelhada.



## 4.2 Cachaça Paraty – Paraty (RJ)

Segundo dados da Associação dos Produtores e amigos da Cachaça Artesanal de Paraty (APACAP), a mesma é caracterizada pela produção artesanal em alambiques com equipamentos modernos, mantendo as práticas e a forma de produção tradicionais da cachaça de Paraty, que resultam em um destilado especial, encorpado, com um buquê que lembra o bagaço de cana de sabor agradável, capaz de promover o ardor característico da bebida sem agredir o paladar.

Em 2007, a APACAP recebeu do INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) a certificação de reconhecimento da Indicação Geográfica de Procedência da Cachaça de Paraty. Tal certificação foi de suma importância para o setor da Agroindústria da cachaça no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil, visto que é a quarta Indicação Geográfica reconhecida em nosso país e a primeira e única no setor de cachaça.

## 4.3 Própolis Vermelho – Maceió (AL)

A produção da Própolis Vermelha envolve vinte e dois municípios do litoral alagoano, tornando-se realidade através do projeto “Pescadores de Mel”. O projeto iniciou na Estação Ambiental Cinturão Verde e é apoiado pela Braskem, que garantiu os equipamentos necessários para dar suporte ao desenvolvimento da comercialização do produto pelo mundo. O objetivo é que, com a mudança de atividade, os pescadores atuem como pequenos empresários da região. Até julho de 2012, foram capacitados 140 produtores e, até o primeiro semestre de 2013, o projeto pretende atingir cerca de 1.000 pescadores.

Segundo informações do jornal Alagoas 24 horas, a Própolis Vermelha possui quatro isoflavonoides (compostos encontrados apenas nas plantas que têm fortes propriedades antioxidantes). A Própolis Vermelha tem sua cor e características devidas à sua composição, possuir o néctar que as abelhas retiram das espécies vegetais típicas dos manguezais alagoanos. As abelhas produzem a própolis a partir de uma planta conhecida como “rabo de bugio” (*Dalbergia Ecastophyllum*), abundante na região litorânea e lagunar de Alagoas. O “ouro vermelho”, como também é denominado, tem propriedades antimicrobianas, anti-inflamatórias, antioxidantes, cicatrizantes e é também uma espécie de antibiótico natural.

Esta singularidade proporcionou ao produto uma agregação de valor, sendo que o quilo do produto bruto pode chegar a custar R\$500,00 no mercado externo, tornando-se, assim,



alternativa econômica para o sustento das famílias de pescadores que enfrentavam dificuldades com a expressiva redução de peixes e caranguejos na região.

#### **4.4 Uvas e vinhos Goethe – Urussanga (SC)**

Os Vales da Uva Goethe abrangem os municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Cocal do Sul, Treze de Maio, Nova Veneza, Içara e Orleans, municípios localizados na região Sul de Santa Catarina, tradicionalmente conhecida na produção de vinhos. A região é conhecida, segundo dados da fundação PROGOETHE, como um lugar raro onde se produz uva de variedade Goethe de forma econômica e cultural. O vinho branco produzido faz parte da história e da tradição do local.

A uva produzida nesta região surgiu de uma mutação da variedade, possuindo características distintas da Goethe clássica, o que lhe confere um poder de elaboração de vinhos brancos típicos da região.

#### **4.5 Vinhos e espumantes Pinto Bandeira – Pinto Bandeira (RS)**

A Associação dos Produtores de Vinhos de Pinto Bandeira (Asprovinho) foi criada em 29 de junho de 2001, estando localizada na quase totalidade, no município de Pinto Bandeira (RS). Entre seus objetivos, está a proteção da natureza, da cultura local e dos produtores de vinho, além da preservação da qualidade e identidade dos vinhos e espumantes produzidos no local.

Os vinhos produzidos na região que detêm o selo de indicação de procedência são denominados como “Vinhos Pinto Bandeira”. A área Geográfica delimitada é de 81,38 km<sup>2</sup>.

### **5. RESULTADOS**

Na Tabela a seguir foram organizadas as principais temáticas emergidas do processo de visitação das experiências. Na sequência, análise preliminar do que se constatou *in loco*.



Tabela 2. Principais achados dimensionais das 5 IGs visitadas.

Experiência	OBSERVAÇÕES EM RELAÇÃO ÀS DIMENSÕES			
	SOCIAL	ECONÔMICA	CULTURAL	AMBIENTAL
Cachaça Paraty de Paraty (RJ)	- Atende parcialmente (apenas 07 produtores) fazem parte da IG	- Atividade econômica viável - Impacta positivamente sobre o turismo e demais atividades	- Resgata, valoriza e potencializa a cultura e os saberes de fazer a cachaça	- Atende parcialmente. Alguns produtores utilizam agroquímicos na produção da cana de açúcar
Paneleiras de Goiabeiras, Vitória (ES)	- Caracteriza-se por forte inclusão social.	- Atendem o mercado nacional e internacional - Gera bom retorno econômico aos Associados (as)	- Atividade ancorada nos saberes ancestrais (Indígena e negro)	- Sustentável ambientalmente. - Gera baixíssimo impacto ambiental
Própolis Vermelha de Maceió (AL)	- Baixa adesão à Associação (IG). Fomentou e estimulou pessoas a atuar de maneira autônoma	- Atividade lucrativa. Conquistou mercado nacional e internacional. Está movimentando positivamente a economia regional	- Despertou interesse, criando relações de apego à atividade, pela sua relação próxima com o meio natural	- Atividade sustentável ambientalmente. Produz alimento saudável e de características medicinais. Promove a saúde humana
Uvas e Vinhos Goethe de Urussanga (SC)	É inclusiva. Porém, tem potencial de ampliar a participação de novos associados. - Caracteriza-se pela forte mobilização da sociedade municipal e regional	- Rentável. Possui algumas limitações de concorrência. Pode ser potencializada economicamente e fortalecer o surgimento e diversificação de outras atividades econômicas	- Caracteriza-se pelo resgate, valorização da cultura dos antecedentes (imigrantes colonizadores) - Saber reproduzido de geração para geração	- Atende parcialmente. Alguns Associados utilizam agroquímicos na produção da uva. Teria potencial para ser ecologicamente correta ou de baixíssimo impacto ambiental. - Produto saudável para consumo humano
Vinhos e Espumantes de Pinto Bandeira (RS)	- Tem potencial de ampliar a dimensão de inclusão social	- Possui mercado consumidor nacional consolidado. É uma atividade economicamente viável e consolidada.	- Agrega saberes antropológicos . Valoriza e potencializa a cultura na respectiva atividade	- Atende parcialmente Poderia diferenciar-se, qualificar-se e consolidar-se caso não utilizasse agrotóxicos na produção

Fonte: Os Autores (2013)



## **5.1 Uma análise exploratória sobre o atendimento das dimensões social, econômica, cultural e ambiental do desenvolvimento nos territórios observados**

Analisando as cinco experiências de IGs brasileiras visitadas, perceberam-se limitações na dimensão social, principalmente em relação ao reduzido número de sócios nas IGs, o que denota relativa baixa inclusão social. No entanto, em relação à dimensão de alcance ao conjunto e implicações na sociedade local e regional, o impacto é maior. Ainda sobre a temática da inclusão, percebe-se, de maneira geral, que as IGs visitadas, com exceção das paneleiras, configuram-se como negócios lucrativos privados via uma Associação.

Nesta direção, se percebeu certos níveis de centralização de poder e governança, ao mesmo tempo, características de corporativismo em alguns dos associados o que pode repercutir em barganhas pessoais em detrimento das conquistas coletivas.

Nos territórios da produção de cana de açúcar e uva constatou-se o envelhecimento humano no campo e, paralelamente, a falta de mão de obra para as atividades agrícolas.

Constataram-se dificuldades das associações em trabalhar e se relacionar no regime associativista ou cooperativista. Possivelmente, isso seja em decorrência da cultura capitalista em curso. Além do mais, somam-se, em algumas delas as vaidades e interesses pessoais. Conseqüentemente há tendências das pessoas pensarem e agirem individualmente em detrimento do coletivo. Outro aspecto a ser considerado na dimensão social é o reconhecimento unânime dos entrevistados de que a população pouco conhece o que é uma IG.

Na dimensão econômica, constatou-se que todos os produtos possuem boa inserção no mercado nacional com potencialidades de atingir o mercado internacional. Mesmo havendo um mercado crescentemente competitivo, as atividades são economicamente viáveis e lucrativas. Observou-se que o impacto econômico pode ser ampliado, se incluir outras potenciais atividades, entre elas o turismo e a integração da IG com atividades comerciais locais.

Entre os fatores limitantes da dimensão econômica está a carência de profissionalização dos envolvidos, bem como as dificuldades de elevar os níveis de



qualidade dos produtos via instalação de laboratórios (apicultura, cachaça, vinho e espumantes), entre outros.

É unânime entre as IGs visitadas a falta de *marketing* dos produtos nos referidos territórios. Isto implica em limitantes para a conquista de novos mercados.

Já, a dimensão cultural está fortemente contemplada em todas as experiências visitadas. Todas elas estão profundamente vinculadas à história, cultura, antropologia dos seus territórios. Isto denota valorização do aspecto cultural, peculiar das IGs.

Entre os grandes desafios a serem superados está a constituição de uma cultura solidária e cooperativista, com a necessidade da superação da cultura individualista.

Em relação à dimensão ambiental, a experiência de maior valorização é a das paneleiras e da própolis vermelha. As demais, poderão, eventualmente, descaracterizarem-se negativamente devido à utilização de agroquímicos nos processos produtivos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo fez um breve debate teórico sobre os conceitos de território, territorialidade, identidade e desenvolvimento territorial. Tais conceitos teóricos permitiram conhecer e refletir com maior intensidade sobre as Indicações Geográficas visitadas, bem como, seus limites e potencialidades.

Mesmo que a atuação das IGs é relativamente recente na sociedade brasileira, verificou-se *in loco* os avanços, tais como, produção de produtos diferenciados e qualificados e a conseqüente conquista no mercado nacional e até internacional.

Como fatores limitantes observado nas IGs visitadas destacam-se as relações de governança. Ou seja, as dificuldades de estabelecer relações associativistas, cooperativistas e de solidariedade. De certa forma, isto é compreensível, pois trata-se de construir relações solidárias numa cultura individualista consolidada nos princípios capitalistas.

Por outro lado, percebeu-se enormes possibilidades e perspectivas de avanços nas dimensões social, cultural, ambiental e, principalmente, econômica, nas IGs visitadas. Vislumbrou-se fortes potenciais de ampliação e consolidação de produção e comercialização de produtos e serviços no mercado nacional e internacional, com caráter



diferenciado. No entanto, permanece o desafio de tornarem-se atividades cada vez mais inclusivas economicamente, socialmente justas e ambientalmente sustentáveis.

Por fim, reconhecemos a parcialidade do estudo, pelo fato de que a investigação ainda está em andamento, sendo concluída no final de 2014. Assim, espera-se que as análises realizadas, futuramente, sejam melhor fundamentadas e resultem em observações mais conclusivas.

## REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: SEBRAE, 2004, p. 23-69.

AMIN, A. Uma perspectiva institucionalista sobre el desarrollo económico regional. In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (Comp). **Repensando el desarrollo regional: contribuciones globales para una estrategia latinoamericana**. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, 2008, p. 101-120.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. **Os recursos de territórios e os territórios de recursos**. Geosul, Florianópolis, v. 11, n. 32, p. 31-50, jul./dez. 2001.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

CHELOTTI, M. C. **Reterritorialização e Identidade Territorial**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (1), abr./2010, p. 165-180.

CMMAD (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

DALLABRIDA, V. R. Governança Territorial e Desenvolvimento: uma introdução ao tema. In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Governança Territorial e Desenvolvimento: Descentralização Político-Administrativa, Estruturas Subnacionais de Gestão do Desenvolvimento e Capacidades Estatais**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2011, p. 15-38.

DALLABRIDA, V. R. Território. In: SIEDENBERG, D. R. (Coord.). **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 161-162, 2006.

DALLABRIDA, V. R.; MARCHESAN, J. Desenvolvimento na Região do Contestado: Reflexões sobre território, identidade territorial, recursos e ativos territoriais, Indicação Geográfica e desenvolvimento (sustentável). In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: reflexões sobre Indicação Geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial**. São Paulo: Editora LiberArs, 2013, p. 197-232.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. Produtos com identidade territorial: o caso da farinha de mandioca no litoral paranaense. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 219-236.



FERNÁNDEZ, V. R.; DALLABRIDA, V. R. Nuevo Regionalismo y desarrollo territorial en ámbitos periféricos. Aportes y redefiniciones en la perspectiva latinoamericana. In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (Comps.). **Repensando el desarrollo regional: contribuciones globales para una estrategia latinoamericana**. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, p. 481-519, 2008.

FONTE, M. (2006). **Desarrollo rural e identidad cultural: reflexiones teóricas y casos empíricos**. RIMISP, 2006. Versión electrónica disponible en: [www.rimisp.org](http://www.rimisp.org).

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: A rede "gaúcha" no nordeste**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 169-190.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, R.. O território e a nova des-territorialização do Estado. DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Orgs.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 17-37.

PECQUEUR, B. **A guinada territorial da economia global**. Política & Sociedade, n. 14, p. 79-105, abr. 2009.

PECQUEUR, B. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul**. Raízes, Florianópolis, v. 24, n.1-2, p. 10-22, 2005.

POLLICE, F. **O Papel da Identidade Territorial nos processos de Desenvolvimento Local**. Tradução de Andrea G. Oliveira, Renato Crioni, Bernadete A. C. C. Oliveira. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, n. 27, p. 7-23, Jan./Jun. de 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. O desenvolvimento da colônia Silveira Martins. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SODANO, V. **Competitiveness of regional products in the international food market**. 77th EAAE Seminar, Helsinki, 2001.